

Nossos 500 são outros

EVANDRO MILHOMEM

A comemoração de mais uma Semana do Índio coincide com os festejos dos 500 anos do chamado "descobrimento" do Brasil. Só que as manifestações dos descendentes dos primeiros habitantes de nosso país serão bem diferentes das solenidades oficiais.

Na Semana dos Povos Indígenas promovida pelo Conselho Indigenista Missionário e a Grande Conferência Indígena 2000, as várias marchas, audiências públicas e debates apoiados também por diversos movimentos populares e sindicais, partidos e entidades da sociedade civil, procuram fugir do ufanismo e das distorções históricas consolidadas ao longo dos séculos.

É um tempo de recordar as palavras corajosas ditas em janeiro de 1980, em Manaus, na visita do Papa João Paulo II, pelo líder guarani Marçal de Souza Tupã'y: "Nossas terras são tomadas, nossos territórios invadidos, dizem que o Brasil foi descoberto, não foi descoberto não, Santo Padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Esta é a verdadeira história...". Tupã'y foi assassinado no Mato Grosso do Sul quatro anos depois, defendendo um pedaço de terra para seu povo.

A Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara Federal também participa deste debate, reunindo lideranças indígenas, parlamentares, autoridades e pesquisadores ligados ao tema, não só para refletir sobre esses primeiros 500 anos, como para abordar outros pontos fundamentais na esperança de que os próximos cinco séculos sejam melhores e mais justos para os povos da floresta, que lançam seu protesto: "Nossos 500 são outros". E lutam pela imediata aprovação do Estatuto do

Índio; Regularização, Demarcação e Fiscalização dos Territórios Indígenas e pela ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Estatuto do Índio em vigor (de 1973) é uma herança autoritária do regime militar. Ele foi ultrapassado pela Constituição de 1988 e precisa ser totalmente reformulado para adequar-se aos novos tempos e para tornar exequíveis os avanços constitucionais, que entre outras coisas fazem com que o índio não necessite mais, por exemplo, de licença da Funai para sair de seu território e buscar seus direitos.

Inexplicavelmente, o projeto de lei 2.057/91 está paralisado na Câmara desde 1994. Já é hora de fazê-lo avançar.

Existem no Brasil 556 terras indígenas e 239 ainda não estão demarcadas. Apesar de toda propaganda oficial, principalmente no exterior, apenas 63 delas foram demarcadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso. E somente 174 estão regularizadas, faltando outras 382 para regularizar, ou seja, registrar no Cartório de Imóveis e no Serviço de Patrimônio da União. Não há melhor oportunidade do que nestes tempos de 500 anos, para denunciar e vencer os múltiplos interesses que impedem de reparar, mesmo de maneira modesta, as injustiças perpetradas contra nossos indígenas, os grandes perdedores da história brasileira.

É fundamental também a ratificação da Convenção 169 da OIT (atualização da Convenção 107), primeiro instrumento jurídico internacional concebido especificamente para salvaguardar os direitos indígenas.

Aprovada em julho de 1989, na Conferência Internacional do Trabalho, a nova Convenção não foi ratificada pelo Brasil até hoje, apesar de já adotada em diversos países. Ao ratificar a Convenção, o País membro da OIT se compromete a adequar a legislação nacional e a desenvolver ações de acordo com as disposições contidas no instrumento internacional. Um de seus conceitos principais é o reconhecimento do direito de propriedade da terra aos povos indígenas, dando mais força ao cumprimento dos prazos para a demarcação de seus territórios.

Em 22 de abril de 1500, quando as naus de Pedro Álvares Cabral chega-

ram, o Brasil tinha mais de cinco milhões de índios divididos em 1.400 povos diferentes, falando mais de mil línguas, segundo Darcy Ribeiro, em seu livro "O Povo Brasileiro": "Mas a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um genocídio de projeções espantosas, através da guerra de extermínio, do desgaste no traba-

lho escravo e da virulência das novas enfermidades, junto com um etnocídio dizimador, que atuou através da desmoralização, pela catequese, da pressão de fazendeiros que iam se apropriando de suas terras... Apesar de tudo, espantosamente, sobreviveram algumas tribos ilhadas na massa crescente da população rural brasileira..."

Sua população foi minguando e na Independência de 1822 era de apenas 600 mil, para chegar a pouco mais de 100 mil no final da última década de 60. Depois, houve a mobilização da sociedade, das ONGs e, sobretudo, conscientização e reação das pró-

prias lideranças indígenas. Hoje, eles já somam mais de 350 mil, divididos em 220 etnias e 180 línguas. Mesmo assim, sua representação política no País ainda é modesta, identificada por 29 vereadores, dois prefeitos e três vice-prefeitos indígenas. E pesquisa através de amostras de DNA realizada por cientistas da Universidade Federal de Minas Gerais mostrou que pelo menos 45 milhões de brasileiros brancos carregam hoje uma parcela de sangue dos descendentes dos índios que receberam Cabral.

Por tudo isso, nestes 500 anos do "descobrimento", eles protestam e querem mudar a memória oficial de colonizadores e colonizados, buscar saúde e educação adequadas à sua realidade, denunciar laboratórios internacionais, mineradoras, madeireiras asiáticas e a mais moderna manifestação dos novos saqueadores da floresta, materializados na biopirataria.

É mais ou menos o que diz num desabafo David Kopenawa Yanomami, um dos mais influentes xamãs de Watoriki (AM), que, como Chico Mendes, recebeu o Prêmio Global 500 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente: "Os brancos são engenhosos, têm muitas máquinas e mercadorias, mas não têm nenhuma sabedoria... atravessaram as águas e vieram em nossa direção, depois repetem que descobriram esta terra. Mas nós, os habitantes da floresta, habitamos aqui há longuíssimo tempo, desde que Omama nos criou... Os brancos clamam hoje: Nós descobrimos a terra do Brasil. Isso não passa de uma mentira. Ela existe desde sempre e Omama nos criou com ela..."

EVANDRO MILHOMEM é deputado e presidente da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional.

Que os próximos
cinco séculos
sejam mais justos
para os povos da
floresta